Jefferson Gonçalves | 07 de outubro de 2025 - 15h45

Assembleia recebe parecer favorável do TCE-MS sobre contas do governo de 2024

Documento será analisado pela Comissão de Execução Orçamentária antes da votação em plenário

CONTAS PÚBLICAS

Conselheiro Marcio Monteiro entrega parecer prévio favorável ao presidente da Assembleia, deputado Gerson Claro - Foto: Carlos Godoy

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) recebeu nesta terça-feira (7) o parecer prévio favorável do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS) sobre a prestação de contas do Poder Executivo referente ao exercício de 2024.

A entrega foi realizada pelo conselheiro Marcio Monteiro, corregedor-geral do TCE-MS, em ato simbólico no gabinete da Presidência da Casa de Leis. O parecer foi recebido pelo presidente da Assembleia, deputado

Gerson Claro (PP), e pelo 1º secretário, deputado Paulo Corrêa (PSDB). Também estiveram presentes o chefe de gabinete da Presidência do TCE, Ricardo Koim, e o diretor-jurídico da Corte, Luiz Henrique Volpe Camargo.

Transparência e responsabilidade fiscal - O parecer emitido pelo TCE-MS atesta a regularidade da gestão fiscal e financeira do governo estadual, com base no cumprimento de metas orçamentárias, responsabilidade na execução das políticas públicas e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Segundo o presidente da Assembleia, Gerson Claro, o parecer técnico do Tribunal é fundamental para garantir a transparência do processo legislativo de fiscalização das contas públicas.

“O parecer do Tribunal de Contas é fundamental para dar transparência e credibilidade ao processo de fiscalização das contas públicas. A análise técnica feita pela Corte orienta o trabalho dos deputados, que têm a responsabilidade de julgar as contas do Executivo com base em critérios técnicos e de interesse público”, destacou Gerson Claro.

Após a entrega oficial, o documento será encaminhado à Comissão de Execução Orçamentária da ALEMS, que deverá emitir um parecer técnico antes da apreciação definitiva pelo plenário da Casa. O julgamento das contas é de competência dos deputados estaduais e tem caráter político-administrativo, sendo realizado com base nas análises técnicas do TCE.

Embora o parecer do Tribunal não seja vinculativo, ele serve como referência essencial para a decisão dos parlamentares sobre a aprovação ou reprovação das contas do governo.

©2025 A Crítica de Campo Grande. Todos os Direitos Reservados.

Plataforma
DOTHNEWS